

EDIÇÃO Nº 45

14/02/2025



Presidente da FPPA busca priorização de tramitação da CEPORTOS

Deputado Federal Paulo Alexandre Barbosa afirmou à jornalistas que tramitação do anteprojeto de novo arcabouço legal para o sistema portuário terá tramitação definida pelo presidente da Câmara dos Deputados nas próximas semanas. Parlamentar realiza primeira mediação dos trabalhos da Casa desde que assumiu como membro da Mesa Diretora



IBI no Navegue Simples

Instituto acompanhou reuniões dos Grupos de Trabalho realizadas nesta semana. Na ocasião, ANTAQ apresentou um diagnóstico das cláusulas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Também foram discutidas previsões regulatórias para impactos da mudança do clima em contratos de longo prazo no setor.



CT 03 debate novas sugestões de pautas para desburocratização

Comitê Temático do IBI tem como objetivo discutir a desburocratização no setor aquaviário nacional. CEPORTOS e Navegue Simples são colocados na pauta de prioridades de atuação, tanto da FPPA quanto do Instituto.



Aviação regional

O “Fala, Frente” desta semana traz parte do primeiro discurso proferido pelo Deputado Federal e membro da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA), Geraldo Resende no plenário da Câmara dos Deputados.

O parlamentar falou sobre novos desdobramentos acerca do lançamento das obras de construção do novo terminal do Aeroporto Regional Francisco de Matos Pereira, de Dourados (MS). Confira!

Presidente da FPPA afirma que tramitação da CEPORTOS será uma prioridade

Deputado Paulo Alexandre Barbosa afirmou que presidente da Câmara voltou a demonstrar sensibilidade sobre o tema



Deputado Paulo Alexandre Barbosa afirmou que presidente da Câmara voltou a demonstrar sensibilidade sobre o tema

“vai ser objeto de prioridade”. Essa foi a afirmação dada a jornalistas pelo presidente da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA), deputado Paulo Alexandre Barbosa, sobre a tramitação do anteprojeto de novo arcabouço legal para o sistema portuário.

De acordo com o deputado as definições sobre as tramitações devem acontecer nas próximas semanas. O presidente da FPPA afirmou ainda que acompanhará o assunto de perto para que haja andamento no anteprojeto.

“Nessas próximas semanas, nós vamos tratar desse tema com o presidente da Câmara para definir os encaminhamentos de tramitação, e isso vai ser objeto de prioridade. Vou acompanhar muito de perto isso, agora na Mesa Diretora com mais facilidade ainda, para que a gente possa priorizar esse tema na agenda da Câmara”, disse.

O parlamentar fez questão de ressaltar que a FPPA “foi a única do Congresso que fez parte com representante nessa comissão de juristas, então a gente pretende continuar e ampliar a participação nessa discussão, porque agora que as coisas começam”, comentou.

Paulo Alexandre Barbosa assumiu efetivamente os trabalhos da mesa diretora da Câmara nesta segunda-feira. Já na quarta-feira, o parlamentar foi responsável por presidir a abertura dos trabalhos no plenário da Casa.

O presidente da FPPA assumiu como 4º suplente da Mesa Diretora da Câmara, órgão que tem as funções de convocar, presidir e suspender as sessões do plenário, manter a ordem, nomear comissão especial e organizar o cronograma de votações das propostas. Ele também é o responsável por definir a composição das comissões e presidir as reuniões da Mesa Diretora.

Hugo Motta sinaliza andamento

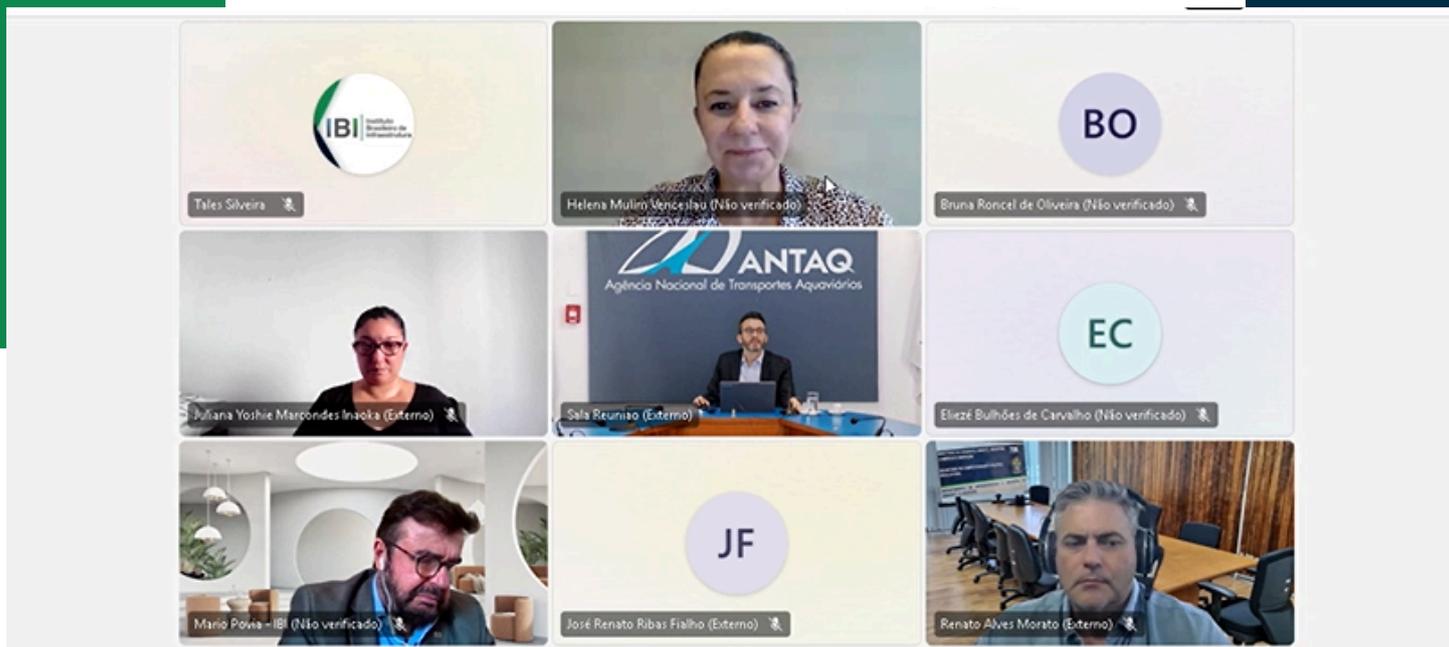
Ainda segundo o parlamentar, já há conversas com o atual presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, que já demonstrou sensibilidade sobre o tema.

“Já falei com o Hugo Motta sobre a importância desse tema, quando nós fizemos essas reuniões preparatórias para a eleição da Mesa Diretora. Falei para ele da importância desse projeto, não só para o setor e para a nossa região, mas para o país, e ele está bem consciente disso, ficou sensibilizado e se comprometeu a formatar um diálogo conosco”, argumentou.

Vale ressaltar que durante a sua visita à sede da FPPA, o presidente da Câmara dos Deputados, disse estar alinhado com as prioridades do setor de infraestrutura de transportes, e ressaltou a necessidade de o Poder Legislativo atuar para dar mais segurança jurídica, ambiente regulatório eficiente e menos burocrático para a manutenção de investimentos e atração de novas parcerias com a iniciativa privada.

IBI acompanha novas reuniões dos Grupos de Trabalho do Programa Navegue Simples

Encontro contou com a apresentação do diagnóstico das cláusulas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas por parte da ANTAQ



Representantes do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI) participaram de mais uma reunião do Grupo de Trabalho (GT) do Programa Navegue Simples. A reunião, realizada na tarde desta segunda-feira (10), contou com a presença de diversos atores do setor aquaviário nacional.

O Programa Navegue Simples figurou como principal programa de desburocratização do setor aquaviário nacional. Para atacar as mais diversas pautas do setor, o governo definiu sete grupos de Trabalhos.

São eles: Desburocratização do processo de estabelecimento de Terminais de Uso Privado e de autorização (GT01); Licenciamento Ambiental (GT02); Tratamento das áreas da União que pertencem a Secretaria de Patrimônio da união (GT03); Valoração de áreas em portos públicos (GT 04); Mitigação e adaptação dos efeitos das mudanças climáticas em contratos portuários (GT 05); Inovação no setor (GT 06); e desburocratização de arrendamentos (GT 07).

A reunião desta segunda-feira aconteceu no âmbito do GT 05. O maior destaque dos debates ficou em função da apresentação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) que apresentou o diagnóstico das cláusulas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

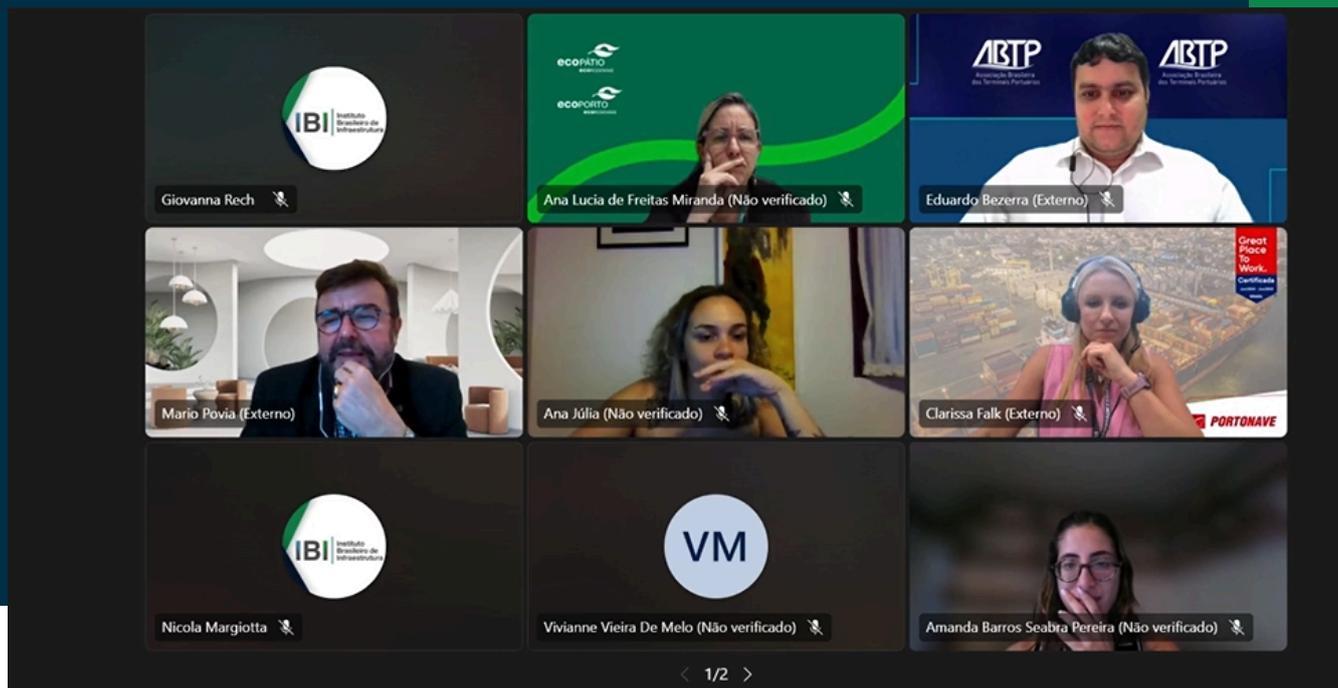
De acordo com o Secretário Especial de Licitação e Concessões, Ygor Di Paula, O documento foi mais uma das entregas da agência sobre o tema. “O órgão vem se debruçando sobre essa temática, vide a aprovação recente das três etapas dos estudos sobre os Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos”.

Quem esteve presente participando das exposições e debates foi o diretor-presidente do IBI, Mário Povia. Segundo ele, algumas das discussões foram muito importantes, em especial a que tratou da revisão da matriz de risco dos contratos de concessão de longo prazo, tratando em especial os novos impactos trazidos pelas mudanças climáticas no setor.

“Muitas questões foram levantadas durante as discussões. As matrizes de risco, por exemplo, se mostram muito importante, em especial nos novos contratos, dado que a série histórica existente não tem se replicado. Ou seja, a partir de agora teremos cenários não recorrentes ou não vistos nas últimas décadas. Portanto, são imprevistos que acabam prejudicando os andamentos dos contratos de longo prazo. A ideia é que haja previsão e estabilidade jurídica e regulatória para essas questões climáticas, e que sempre haja preocupação para melhoria dos textos dos contratos” argumentou.

Comitê de desburocratização do IBI propõe novos debates voltados à desburocratização

Sugestões de pautas feitas deverão seguir de acordo com os interesses do CT e em consonância com o coordenador do Comitê



Acervo de projetos de Lei, atuação na CEPORTOS e no Navegue simples. Estas são as sugestões de pautas que deverão permear o Comitê Temático (CT) 04, que discute a desburocratização do setor portuário nacional do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI). As definições aconteceram durante a reunião realizada na última terça-feira (11).

As sugestões foram trazidas pela diretoria executiva do Instituto. Segundo o diretor presidente do IBI, Mário Povia, alguns pontos serão cruciais para o setor, devendo ser tratados desde já pelos membros do comitê.

“A CEPORTOS já entregou o anteprojeto de lei na Câmara dos Deputados. Há a expectativa de que o projeto inicie a sua tramitação no Congresso. A proposta é de extrema importância uma vez que, algumas vezes, tangencia ou até mesmo endereça questões burocráticas importantes para o país”, argumentou.

Contudo, Mario Povia fez questão de afirmar que todos os levantamentos e sugestões de pautas feitos deverão seguir de acordo com os interesses do CT e em consonância com o coordenador do Comitê, o presidente da FENOP, Sérgio Aquino.

Longe de querer retirar subtemas dos grupos, até porque muitos deles deverão ser endereçados na CEPORTOS e no Navegue Simples, por exemplo. E, obviamente, buscar opiniões externas de interessados que queiram debater os temas propostos. Queremos evitar desalinhamentos e fazer com que as nossas pautas andem”, disse.

Vale ressaltar que, atualmente, o Comitê Temático já conta com uma série de pautas definidas para discussão. Entre elas a própria CEPORTOS, que já havia sido debatida na reunião realizada no mês passado.

Outras pautas determinadas desde a constituição do grupo são: Descentralização das competências das Autoridades Portuárias; Nova formatação dos CAPs; Implantação do programa Navega Simples; Simplificação da precificação de arrendamentos portuários; Contratos de gestão e avaliação de desempenho dos diretores dos portos; Mudança de critérios quanto à distribuição dos recursos oriundos do valor da outorga de arrendamentos portuários; Procedimentos mais céleres na definição de titularidade de áreas (SPU); Desenvolvimento de um regulamento de contratação pública específico para autoridades portuárias dispensando a licitação para a contratação da atividade-fim (similar à Banco do Brasil e Petrobras).

Povia ressaltou ainda que o Navegue Simples também é outro ponto interessante de atuação, visto que não só o Instituto, mas diversos atores do setor possuem representantes discutindo o assunto no âmbito Executivo.

“O IBI também tem representações no projeto do Navegue Simples onde fazemos mais contribuições para o processo de desburocratização. Estamos em todos os Grupos Temáticos uma vez que entendemos que este é um importante meio de interlocução e ação na busca de atingirmos os nossos pleitos”, argumentou.

Quem também participou das discussões foi o diretor administrativo e financeiro do IBI, Nicola Margiotta, que falou sobre o acervo de projetos levantados pelo instituto, ressaltando que, os integrantes do comitê poderão trazer novas propostas de debates e de atuação.

“A partir das próximas semanas, vamos poder, por meio deste acervo, escolher as nossas batalhas. Um leque importante de propostas que poderão ser analisadas em âmbito de comitê. Obviamente que todos ainda devem propor projetos e temas para que possamos enriquecer ainda mais as nossas operações”.

FALA, FRENTE!

Tive uma audiência com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, que nos atendeu prontamente e nos garantiu que o governo já deve encaminhar os ajustes orçamentários necessários para que o governo do Mato Grosso do Sul possa iniciar o processo licitatório do novo terminal do aeroporto de Dourados.

Ao longo dos últimos dois anos, tenho andado pela esplanada dos ministérios para resolver essa que é uma das principais reivindicações do povo de Dourados. É necessário que haja um aeroporto digno e da importância desta cidade.

Espero que possamos, com esses ajustes, ter andamento deste processo. A partir daí poderemos fazer a nossa licitação e ter, de forma célere, esse aeroporto licitado e operando. É uma bandeira minha e não descansarei até ver esta obra acontecendo.

Deputado Federal e membro da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, Geraldo Resende, em seu primeiro discurso no plenário da Câmara dos Deputados



IBI Instituto Brasileiro de Infraestrutura